



TERMO DE REFERÊNCIA
ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo especificar e definir algumas condições para a Aquisição de uniformes escolares destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Engenho Velho/RS, visando padronização, identificação e conforto dos estudantes da rede municipal de ensino.

2 - FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na **Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO, Critério de julgamento: pelo MENOR PREÇO POR ITEM, Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021.**

3 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1 O quantitativo corresponde à demanda conforme justificativa apresentada no Documento de Formalização de Demanda - DFD pela Secretaria Municipal demandante.

3.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.3 O objeto desta licitação tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Segue abaixo, planilha contendo maior detalhamento dos itens a ser adquiridos:

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
01	Camiseta manga curta, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 1 ANO A 6 ANOS	92	R\$ 36,00	R\$ 3.312,00
02	Camiseta manga curta, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 8 ANOS A 10 ANOS	68	R\$ 38,90	R\$ 2.645,20



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

03	Camiseta manga curta, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 12 ANOS A 14 ANOS	44	R\$ 41,50	R\$ 1.826,00
04	Camiseta manga curta, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO ADULTO	24	R\$ 46,90	R\$ 1.125,60
05	Jaleco tecido de seletel, 100% poliéster, anti - pilling, material resistente, leve, ótima transpiração, manga curta, fechamento com botões, gola alta, com bolsos, acabamentos em barra tradicional, liso, sem logos.	20	R\$ 95,00	R\$ 1.900,00
06	Camiseta manga LONGA, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 1 ANO A 6 ANOS	82	R\$ 46,80	R\$ 3.837,60
07	Camiseta manga longa, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 8 ANOS A 10 ANOS	68	R\$ 48,50	R\$ 3.298,00
08	Camiseta manga longa, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 12 ANOS A 14 ANOS	44	R\$ 51,00	R\$ 2.244,00
09	Camiseta manga longa, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65%	24	R\$ 57,00	R\$ 1.368,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

	poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO ADULTO			
10	Jaqueta, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento /largura - 3%, encolhimento /comprimento - 3%, cor Azul marinho, com bolsos frontais tradicionais, acabamento do punho e da barra com ribana cor azul marinho, gola alta, zíper dente de gato, com brasão do município lado esquerdo e logo da administração lado direito, logos estampadas em serigrafia. TAMANHO 1 A 6 ANOS	82	R\$ 73,20	R\$ 6.002,40
11	Jaqueta, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento /largura - 3%, encolhimento /comprimento - 3%, cor Azul marinho, com bolsos frontais tradicionais, acabamento do punho e da barra com ribana cor azul marinho, gola alta, zíper dente de gato, com brasão do município lado esquerdo e logo da administração lado direito, logos estampadas em serigrafia. TAMANHO 8 A 10 ANOS	68	R\$ 84,30	R\$ 5.732,40
12	Jaqueta, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento /largura - 3%, encolhimento /comprimento - 3%, cor Azul marinho, com bolsos frontais tradicionais, acabamento do punho e da barra com ribana cor azul marinho, gola alta, zíper dente de gato, com brasão do município lado esquerdo e logo da administração lado direito, logos estampadas em serigrafia. TAMANHO 12 A 14 ANOS	44	R\$ 104,30	R\$ 4.589,20
13	Jaqueta, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento /largura - 3%, encolhimento /comprimento - 3%, cor Azul marinho, com bolsos frontais tradicionais, acabamento do punho e da barra com ribana cor azul marinho, gola alta, zíper dente de gato, com brasão do município lado esquerdo e logo da administração	24	R\$ 117,00	R\$ 2.808,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

	lado direito, logós estampadas em serigrafia. TAMANHO ADULTO			
14	Calça, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento/largura -3%, encolhimento/comprimento -3%, cor Azul marinho, com um viés amarelo canário sobrepostos na lateral, sem punho, com bolsos tradicionais nas laterais e um bolso traseiro, cócs de elástico com cordão. Lisa, sem logós. TAMANHO 1 A 6 ANOS	46	R\$ 55,00	R\$ 2.530,00
15	Calça, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento/largura -3%, encolhimento/comprimento -3%, cor Azul marinho, com um viés amarelo canário sobrepostos na lateral, sem punho, com bolsos tradicionais nas laterais e um bolso traseiro, cócs de elástico com cordão. Lisa, sem logós. TAMANHO 8 A 10 ANOS	40	R\$ 67,00	R\$ 2.680,00
16	Calça, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento/largura -3%, encolhimento/comprimento -3%, cor Azul marinho, com um viés amarelo canário sobrepostos na lateral, sem punho, com bolsos tradicionais nas laterais e um bolso traseiro, cócs de elástico com cordão. Lisa, sem logós. TAMANHO 12 A 14 ANOS	25	R\$ 74,00	R\$ 1.850,00
17	Calça, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento/largura -3%, encolhimento/comprimento -3%, cor Azul marinho, com um viés amarelo canário sobrepostos na lateral, sem punho, com bolsos tradicionais nas laterais e um bolso traseiro, cócs de elástico com cordão. Lisa, sem logós. TAMANHO ADULTO	14	R\$ 80,00	R\$ 1.120,00
18	Legging de suplex, (88% poliamida, 12% elastano, 360g/m ²) cor cinza chumbo, tecido com ótica durabilidade e resistência, com um viés sobrepostos na lateral na cor amarelo canário, com cócs alto, lisa, sem logós. TAMANHO 1 A 6 ANOS	46	R\$ 51,00	R\$ 2.346,00



19	Legging de suplex, (88% poliamida, 12%elastano, 360g/m ²) cor cinza chumbo, tecido com ótima durabilidade e resistência, com um viés sobrepostos na lateral na cor amarelo canário, com cós alto, lisa, sem logos. TAMANHO 8 A 10 ANOS	28	R\$ 61,00	R\$ 1.708,00
20	Legging de suplex, (88% poliamida, 12%elastano, 360g/m ²) cor cinza chumbo, tecido com ótima durabilidade e resistência, com um viés sobrepostos na lateral na cor amarelo canário, com cós alto, lisa, sem logos. TAMANHO 12 A 14 ANOS	19	R\$ 81,00	R\$ 1.539,00
21	Legging de suplex, (88% poliamida, 12%elastano, 360g/m ²) cor cinza chumbo, tecido com ótima durabilidade e resistência, com um viés sobrepostos na lateral na cor amarelo canário, com cós alto, lisa, sem logos. TAMANHO ADULTO	10	R\$ 97,00	R\$ 970,00
Valor total estimado/máximo admitido para a licitação: R\$ 55.431,40 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e trinta e um reais e quarenta centavos).				

3.5 Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º.21/2024, que *“ALTERA O DECRETO 09/2023, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2023, QUE REGULAMENTA A LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NO ÂMBITO DO PODER”*.

3.6 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a necessidade e o interesse público.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

4.1 FUNDAMENTAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, anexo aos autos do processo licitatório.

4.2 JUSTIFICATIVA

A aquisição de uniformes para alunos e servidores da Secretaria Municipal de Educação de Engenho Velho/RS fundamenta-se na necessidade de atender de forma adequada e eficiente às demandas do órgão, promovendo a padronização, organização e identificação visual no ambiente escolar e nas atividades educacionais. A disponibilização de uniformes aos alunos



contribui para a promoção da igualdade, reduzindo eventuais diferenças socioeconômicas, além de reforçar a segurança ao facilitar a identificação dos estudantes dentro e fora do ambiente escolar. Para os servidores, os uniformes são instrumentos indispensáveis para a identificação funcional e a padronização, fortalecendo a imagem institucional e promovendo um ambiente de trabalho mais organizado e profissional.

Ademais, a medida objetiva atender aos princípios da eficiência e economicidade, uma vez que a aquisição em escala reduz custos individuais para as famílias e para os servidores, além de fomentar a valorização da educação pública no município. Os uniformes também promovem maior segurança e praticidade nas atividades cotidianas, especialmente em eventos externos, deslocamentos e ações em parceria com a comunidade, reforçando a credibilidade e o compromisso da administração pública com o bem-estar dos alunos e servidores.

A contratação para a aquisição dos uniformes será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a administração pública, observando os princípios da transparência, competitividade, isonomia e busca pela proposta mais vantajosa. A licitação será conduzida de maneira a assegurar a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos, atendendo ao interesse público e promovendo melhorias concretas na prestação do serviço educacional no município de Engenho Velho/RS.

4.3. PREVISÃO NO PCA

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não tenha sido elaborado pelo Município de Engenho Velho/RS, entretanto o município está em vias de elaboração de seu PCA.

4.4. FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela pessoalidade e que possam acarretar tratamento discriminatório não previsto em lei.

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico e justificativas presentes nos autos.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:



Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido Niebuhr (2015, p. 123):

[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:



- a) por dispensa de licitação; ou
- b) por inexigibilidade de licitação.

Especificamente, para o caso em tela, o Inc. II, do art. 75, da Lei Federal nº.14.133 de 2021, autoriza a dispensa de licitação, porquanto prevê a dispensa de licitação para contratações que envolvam valores inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado pelo Decreto nº.12.343/2024, para R\$62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais com cinquenta e nove centavos).

Dessa forma, a contratação da empresa, **Dec's Indústria do Vestuário Ltda**, pessoa jurídica do direito privado, com CNPJ 00.123.352/0001-34, estabelecida na Rod. RS 324, Km 108, s/n, Cx. Postal 046, CEP: 99670-000, Município de Ronda Alta/RS, por meio de dispensa de licitação, além de encontrar amparo na legislação vigente é a solução mais adequada para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de Engenho Velho/RS.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A aquisição de uniformes para alunos e servidores da Secretaria Municipal de Educação de Engenho Velho/RS configura-se como a melhor solução porque atende simultaneamente a diversas necessidades administrativas, pedagógicas e sociais, promovendo benefícios diretos para a comunidade escolar e para a gestão pública.

Para os alunos, a padronização por meio do uso de uniformes contribui para a igualdade social, reduzindo distinções econômicas e evitando discriminações relacionadas à vestimenta. Além disso, proporciona maior segurança, pois facilita a identificação dos estudantes dentro e fora do ambiente escolar, especialmente em atividades externas, transporte público e eventos. A adoção de uniformes também reduz os custos individuais das famílias, uma vez que minimiza a necessidade de aquisição constante de vestimentas para uso diário na escola.

Para os servidores, a utilização de uniformes institucionais fortalece a identidade visual da Secretaria de Educação, promovendo organização e profissionalismo no ambiente de trabalho. A padronização facilita a identificação dos profissionais pela comunidade escolar, garantindo maior acessibilidade e confiança no atendimento prestado. Além disso, a disponibilização de uniformes reduz os custos pessoais dos servidores e contribui para a segurança, especialmente em eventos e atividades externas.

Sob a ótica da administração pública, essa solução se destaca pela economicidade e eficiência, uma vez que a aquisição centralizada e em escala reduz os custos unitários dos uniformes, otimizando a aplicação dos recursos públicos. Além disso, a medida está alinhada aos princípios da transparência e da competitividade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, garantindo que o processo licitatório seja conduzido de forma eficiente, com ampla concorrência e escolha da proposta mais vantajosa para o município.

Portanto, a aquisição dos uniformes é a alternativa mais eficaz para assegurar padronização, segurança, identificação, equidade e economicidade, promovendo melhorias diretas na organização e no funcionamento da rede municipal de ensino, além de fortalecer o



compromisso da gestão pública com a qualidade educacional e o bem-estar da comunidade escolar.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

6.1 SUSTENTABILIDADE

Não será exigido critérios de sustentabilidade.

6.2 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Na presente contratação não será solicitado a indicação de marcas ou modelos específico.

6.3 VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO

A Administração Pública Municipal não possui nenhuma vedação de marca/produto referente a este objeto.

6.4 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

Não será necessário a apresentação de amostra.

6.5 DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

Na presente Licitação não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

6.6 SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.7 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.8 IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se vislumbram impactos ambientais decorrentes desta contratação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Entregar os itens, conforme determinado neste instrumento e documentos, expedidos pela CONTRATANTE;



- b) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes das obrigações trabalhistas, tributárias e outras relativas e incidentes sobre o presente contrato;
- c) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sendo que o não cumprimento das obrigações acima é motivo suficiente para suspensão do pagamento e aplicação de sanções previstas neste contrato; o qual poderá ser rescindido nos termos dos artigos 138 previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- e) Ocorrendo à rescisão do contrato, por qualquer motivo, fica o CONTRATANTE desobrigado de qualquer indenização;
- f) O descumprimento das obrigações assumidas no contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.
- g) Para os objetos pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a) Autorizar a o fornecimento dos bens;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados como Gestor e Fiscal do contrato;
- c) Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas pertinentes;
- d) Efetuar o pagamento devido.

8 MODELO DE GESTÃO DO OBJETO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



8.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6 FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de Contratos de que trata a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:

§ 1º - O Fiscal de Contratos ou Equipe de Acompanhamento de Contratos contará com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei n' 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.

§ 2º - O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á a questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor de contratos.

§ 3º - O Fiscal de Contratos ou Equipe de Acompanhamento de Contratos contará com o apoio dos órgãos técnicos para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei nº 14,133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.

8.7 Fiscal de Contrato

O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

O Fiscal de Contrato contará com o apoio dos órgãos técnicos, órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais a execução do disposto na Lei nº 14.133, sempre que entender necessário ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 115, §3º](#)).



8.8 Gestor do Contrato

Ao Gestor de Contratos incumbe gerenciar as relações firmadas com a contratada analisando dados, informações e pareceres técnicos dos fiscais quanto a execução do objeto, a avaliação da qualidade dos resultados obtidos, bem como informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão relacionada a manutenção, ou não, das condições contratuais, zelando para que a execução ocorra de forma mais econômica e que atenda às necessidades de planejamento da Autarquia.

9 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado em moeda nacional, no prazo de até 20 (vinte) dias após a emissão da Nota Fiscal contados a partir da data de apresentação da nota fiscal, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, por intermédio da Tesouraria do Município, através de transferência bancária em conta do CNPJ da empresa com a indicação na nota do número de agência, conta e tipo, ou boleto bancário.

9.2. Havendo incorreção no documento de cobrança ou qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento susinado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

9.3. A nota fiscal deverá ser emitida ao Município de Engenho Velho/RS e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato e n.º do Processo e da Dispensa, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;

10.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e obrigatoriamente o Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual, e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

g) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

h) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

11. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL

11.1 Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

d) poderão ser reactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



11.2 Adotar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), para fins de reajuste geral de reposição.

12. DAS SANÇÕES

Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação: Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:



I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor estimado da contratação é de **R\$ 55.431,40 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e trinta e um reais e quarenta centavos)**.

14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, mediante a seguinte dotação:
0501 12 361 0007 2017 33903023 000000 – 1500

Engenho Velho/RS, em 03 de fevereiro de 2025.

Paulo André Alba
Prefeito Municipal



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2025
ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
DECRETO MUNICIPAL Nº. 21/2024

DO PREÂMBULO:

O **MUNICÍPIO DE ENGENHO VELHO/RS**, com sede administrativa na Rua Antônio Trombetta, 35, Centro, da Cidade de Engenho Velho/RS, CEP:99.698-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. PAULO ANDRÉ DAL ALBA**, nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021, **Torna Público**, que realiza **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. Aquisição de uniformes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Engenho Velho/RS.

2. PRAZO DO CONTRATO:

2.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela pessoalidade e que possam acarretar tratamento discriminatório não previsto em lei.

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico e justificativas presentes nos autos.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir



casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido Niebuhr (2015, p. 123):

[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.



No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:

- a) por dispensa de licitação; ou
- b) por inexigibilidade de licitação.

Especificamente, para o caso em tela, o Inc. II, do art. 75, da Lei Federal nº.14.133 de 2021, autoriza a dispensa de licitação, porquanto prevê a dispensa de licitação para contratações que envolvam valores inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado pelo Decreto nº.12.343/2024, para R\$62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais com cinquenta e nove centavos).

Dessa forma, a contratação da empresa, **Dec's Indústria do Vestuário Ltda**, pessoa jurídica do direito privado, com CNPJ 00.123.352/0001-34, estabelecida na Rod. RS 324, Km 108, s/n, Cx. Postal 046, CEP: 99670-000, Município de Ronda Alta/RS, por meio de dispensa de licitação, além de encontrar amparo na legislação vigente é a solução mais adequada para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de Engenho Velho/RS.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Conforme se verifica pelo Documento de Formalização de Demanda - DFD, expedido pela Secretaria demandante, a aquisição de uniformes para alunos e servidores da Secretaria Municipal de Educação de Engenho Velho/RS fundamenta-se na necessidade de atender de forma adequada e eficiente às demandas do órgão, promovendo a padronização, organização e identificação visual no ambiente escolar e nas atividades educacionais. A disponibilização de uniformes aos alunos contribui para a promoção da igualdade, reduzindo eventuais diferenças socioeconômicas, além de reforçar a segurança ao facilitar a identificação dos estudantes dentro e fora do ambiente escolar. Para os servidores, os uniformes são instrumentos indispensáveis para a identificação funcional e a padronização, fortalecendo a imagem institucional e promovendo um ambiente de trabalho mais organizado e profissional.

Ademais, a medida objetiva atender aos princípios da eficiência e economicidade, uma vez que a aquisição em escala reduz custos individuais para as famílias e para os servidores, além de fomentar a valorização da educação pública no município. Os uniformes também promovem maior segurança e praticidade nas atividades cotidianas, especialmente em eventos externos, deslocamentos e ações em parceria com a comunidade, reforçando a credibilidade e o compromisso da administração pública com o bem-estar dos alunos e servidores.

A contratação para a aquisição dos uniformes será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a administração pública, observando os princípios da transparência, competitividade, isonomia e busca pela proposta mais vantajosa. A licitação será conduzida de maneira a assegurar a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos, atendendo ao interesse público e promovendo melhorias concretas na prestação do serviço educacional no município de Engenho Velho/RS.



5. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

5.1. A contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

6. DAS CONTRATADAS

A escolha da empresa Dec's Indústria do Vestuário Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 00.123.352/0001-34, com sede na Rod. RS 324, Km 108, s/n, Cx. Postal 046, CEP 99670-000, Município de Ronda Alta/RS, para o fornecimento dos uniformes da Secretaria Municipal de Educação de Engenho Velho/RS fundamenta-se em critérios técnicos, econômicos e administrativos que garantem a melhor execução do objeto contratado, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021.

A referida empresa foi selecionada por apresentar a proposta mais vantajosa para a administração pública, considerando não apenas o critério do menor preço, mas também a qualidade dos produtos ofertados, a capacidade de fornecimento dentro dos prazos estipulados e a conformidade dos uniformes com as especificações técnicas exigidas no processo licitatório. A Dec's Indústria do Vestuário Ltda. demonstrou possuir experiência comprovada na confecção e fornecimento de uniformes escolares e institucionais, atendendo a diversos órgãos públicos com padrões de qualidade adequados às necessidades da administração municipal.

Ademais, a empresa possui regularidade fiscal e trabalhista, conforme exigido pelos artigos 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a contratação esteja em conformidade com os princípios da legalidade, moralidade e eficiência. Além disso, sua localização no município de Ronda Alta/RS proporciona logística favorável, permitindo a entrega dos uniformes dentro dos prazos estipulados e reduzindo custos operacionais relacionados ao transporte e à distribuição dos materiais.

Dessa forma, a escolha da Dec's Indústria do Vestuário Ltda. como fornecedora dos uniformes para alunos e servidores da Secretaria Municipal de Educação de Engenho Velho/RS demonstra-se técnica e economicamente justificada, garantindo a obtenção de produtos de qualidade, a otimização dos recursos públicos e o cumprimento dos princípios administrativos que regem as contratações públicas.

7. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 7.1.** Autorizar o fornecimento dos itens;
- 7.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados como Gestor e Fiscal do contrato;
- 7.3.** Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas pertinentes;
- 7.4.** Efetuar o pagamento devido.

8. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 7.1.** Fornecer os itens, conforme determinado neste instrumento e documentos, expedidos pela CONTRATANTE;



8.2. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes das obrigações trabalhistas, tributárias e outras relativas e incidentes sobre o presente contrato;

8.3. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sendo que o não cumprimento das obrigações acima é motivo suficiente para suspensão do pagamento e aplicação de sanções previstas neste contrato; o qual poderá ser rescindido nos termos dos artigos 138 previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

8.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

8.5. Ocorrendo à rescisão do contrato, por qualquer motivo, fica o CONTRATANTE desobrigado de qualquer indenização;

8.6. O descumprimento das obrigações assumidas no contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

8.7. Para os objetos pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

9. HABILITAÇÃO:

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;

9.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);



f) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), estadual e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

g) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

h) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado em moeda nacional, no prazo de até 20 (vinte) dias após a emissão da Nota Fiscal contados a partir da data de apresentação da nota fiscal, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, por intermédio da Tesouraria do Município, através de transferência bancária em conta do CNPJ da empresa com a indicação na nota do número de agência, conta e tipo, ou boleto bancário.

10.2. Havendo incorreção no documento de cobrança ou qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento susinado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

10.3. A nota fiscal deverá ser emitida ao Município de Engenho Velho/RS e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato e n.º do Processo e da Dispensa, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

10.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



11. GESTÃO DO CONTRATO:

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.4. A formalização da contratação ocorrerá por meio de contrato.

11.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12. ESTIMATIVA DO PREÇO:

12.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 55.431,40 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e trinta e um reais e quarenta centavos)**, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
01	Camiseta manga curta, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 1 ANO A 6 ANOS	92	R\$ 36,00	R\$ 3.312,00
02	Camiseta manga curta, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 8 ANOS A 10 ANOS	68	R\$ 38,90	R\$ 2.645,20
03	Camiseta manga curta, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 12 ANOS A 14 ANOS	44	R\$ 41,50	R\$ 1.826,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

04	Camiseta manga curta, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO ADULTO	24	R\$ 46,90	R\$ 1.125,60
05	Jaleco tecido de seletel, 100% poliéster, anti - pilling, material resistente, leve, ótima transpiração, manga curta, fechamento com botões, gola alta, com bolsos, acabamentos em barra tradicional, liso, sem logos.	20	R\$ 95,00	R\$ 1.900,00
06	Camiseta manga LONGA, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 1 ANO A 6 ANOS	82	R\$ 46,80	R\$ 3.837,60
07	Camiseta manga longa, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 8 ANOS A 10 ANOS	68	R\$ 48,50	R\$ 3.298,00
08	Camiseta manga longa, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 12 ANOS A 14 ANOS	44	R\$ 51,00	R\$ 2.244,00
09	Camiseta manga longa, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido	24	R\$ 57,00	R\$ 1.368,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

	antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO ADULTO			
10	Jaqueta, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento /largura - 3%, encolhimento /comprimento - 3%, cor Azul marinho, com bolsos frontais tradicionais, acabamento do punho e da barra com ribana cor azul marinho, gola alta, zíper dente de gato, com brasão do município lado esquerdo e logo da administração lado direito, logos estampadas em serigrafia. TAMANHO 1 A 6 ANOS	82	R\$ 73,20	R\$ 6.002,40
11	Jaqueta, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento /largura - 3%, encolhimento /comprimento - 3%, cor Azul marinho, com bolsos frontais tradicionais, acabamento do punho e da barra com ribana cor azul marinho, gola alta, zíper dente de gato, com brasão do município lado esquerdo e logo da administração lado direito, logos estampadas em serigrafia. TAMANHO 8 A 10 ANOS	68	R\$ 84,30	R\$ 5.732,40
12	Jaqueta, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento /largura - 3%, encolhimento /comprimento - 3%, cor Azul marinho, com bolsos frontais tradicionais, acabamento do punho e da barra com ribana cor azul marinho, gola alta, zíper dente de gato, com brasão do município lado esquerdo e logo da administração lado direito, logos estampadas em serigrafia. TAMANHO 12 A 14 ANOS	44	R\$ 104,30	R\$ 4.589,20
13	Jaqueta, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento /largura - 3%, encolhimento /comprimento - 3%, cor Azul marinho,	24	R\$ 117,00	R\$ 2.808,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

	com bolsos frontais tradicionais, acabamento do punho e da barra com ribana cor azul marinho, gola alta, zíper dente de gato, com brasão do município lado esquerdo e logo da administração lado direito, logos estampadas em serigrafia. TAMANHO ADULTO			
14	Calça, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento/largura -3%, encolhimento/comprimento -3%, cor Azul marinho, com um viés amarelo canário sobrepostos na lateral, sem punho, com bolsos tradicionais nas laterais e um bolso traseiro, cós de elástico com cordão. Lisa, sem logos. TAMANHO 1 A 6 ANOS	46	R\$ 55,00	R\$ 2.530,00
15	Calça, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento/largura -3%, encolhimento/comprimento -3%, cor Azul marinho, com um viés amarelo canário sobrepostos na lateral, sem punho, com bolsos tradicionais nas laterais e um bolso traseiro, cós de elástico com cordão. Lisa, sem logos. TAMANHO 8 A 10 ANOS	40	R\$ 67,00	R\$ 2.680,00
16	Calça, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento/largura -3%, encolhimento/comprimento -3%, cor Azul marinho, com um viés amarelo canário sobrepostos na lateral, sem punho, com bolsos tradicionais nas laterais e um bolso traseiro, cós de elástico com cordão. Lisa, sem logos. TAMANHO 12 A 14 ANOS	25	R\$ 74,00	R\$ 1.850,00
17	Calça, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento/largura -3%, encolhimento/comprimento -3%, cor Azul marinho, com um viés amarelo	14	R\$ 80,00	R\$ 1.120,00



	canário sobrepostos na lateral, sem punho, com bolsos tradicionais nas laterais e um bolso traseiro, cós de elástico com cordão. Lisa, sem logos. TAMANHO ADULTO			
18	Legging de suplex, (88% poliamida, 12%elastano, 360g/m ²) cor cinza chumbo, tecido com ótima durabilidade e resistência, com um viés sobrepostos na lateral na cor amarelo canário, com cós alto, lisa, sem logos. TAMANHO 1 A 6 ANOS	46	R\$ 51,00	R\$ 2.346,00
19	Legging de suplex, (88% poliamida, 12%elastano, 360g/m ²) cor cinza chumbo, tecido com ótima durabilidade e resistência, com um viés sobrepostos na lateral na cor amarelo canário, com cós alto, lisa, sem logos. TAMANHO 8 A 10 ANOS	28	R\$ 61,00	R\$ 1.708,00
20	Legging de suplex, (88% poliamida, 12%elastano, 360g/m ²) cor cinza chumbo, tecido com ótima durabilidade e resistência, com um viés sobrepostos na lateral na cor amarelo canário, com cós alto, lisa, sem logos. TAMANHO 12 A 14 ANOS	19	R\$ 81,00	R\$ 1.539,00
21	Legging de suplex, (88% poliamida, 12%elastano, 360g/m ²) cor cinza chumbo, tecido com ótima durabilidade e resistência, com um viés sobrepostos na lateral na cor amarelo canário, com cós alto, lisa, sem logos. TAMANHO ADULTO	10	R\$ 97,00	R\$ 970,00
Valor total estimado/máximo admitido para a licitação: R \$ 55.431,40 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e trinta e um reais e quarenta centavos).				

13. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL

13.1 Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da



ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13.2 Adotar-se-á Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), para fins de reajuste geral de reposição.

14. DAS SANÇÕES

14.1. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação: Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155



desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, mediante a seguinte dotação:

0501 12 361 0007 2017 33903023 000000 – 1500

16. DA PUBLICAÇÃO E DELIBERAÇÃO:

16.1. AUTORIZO a publicação no **site** da municipalidade a presente contratação direta firmada entre o **MUNICÍPIO DE ENGENHO VELHO/RS** e a empresa, **Dec's Indústria do Vestuário Ltda**, pessoa jurídica do direito privado, com CNPJ 00.123.352/0001-34, estabelecida na Rod. RS 324, Km 108, s/n, Cx. Postal 046, CEP: 99670-000, Município de Ronda Alta/RS.

Engenho Velho/RS, em 04 de fevereiro de 2025.

Paulo André Dal Alba

Prefeito Municipal



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2025

CONTRATO Nº -----/2025

O MUNICÍPIO DE ENGENHO VELHO/RS, com sede administrativa na Rua Antônio Trombetta, 35, Centro, da Cidade de Engenho Velho/RS, CEP: 99.698-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. PAULO ANDRÉ DAL ALBA**, brasileiro, matrícula nº 163, residente e domiciliado nesta cidade de Engenho Velho, RS, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **DEC'S INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 00.123.352/0001-34, com sede na Rod. RS 324, Km 108, s/n, Cx. Postal 046, CEP 99670-000, Município de Ronda Alta/RS, neste ato representada por sua representante Legal, Sra. Elidiana Piva Lorini, denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

I O objeto do presente instrumento é a aquisição de uniformes para atender as necessidades da secretaria municipal de educação de Engenho Velho/RS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

I O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 105 a 107 da Lei nº.14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

I O regime de execução contratual e recebimento do objeto constam no Termo de Dispensa.

II O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



III As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

IV O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

V A formalização da contratação ocorrerá por meio de contrato.

VI A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

I Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO:

I Como pagamento pelo fornecimento dos bens prestados, o CONTRATANTE alcançará a CONTRATADA o valor de **R\$ 55.431,40 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e trinta e um reais e quarenta centavos)** e conforme detalhamento abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Valor unitário	Valor Total
01	Camiseta manga curta, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 1 ANO A 6 ANOS	92	R\$ 36,00	R\$ 3.312,00
02	Camiseta manga curta, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 8 ANOS A 10 ANOS	68	R\$ 38,90	R\$ 2.645,20
03	Camiseta manga curta, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 12 ANOS A 14 ANOS	44	R\$ 41,50	R\$ 1.826,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

04	Camiseta manga curta, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO ADULTO	24	R\$ 46,90	R\$ 1.125,60
05	Jaleco tecido de seletel, 100% poliéster, anti - pilling, material resistente, leve, ótima transpiração, manga curta, fechamento com botões, gola alta, com bolsos, acabamentos em barra tradicional, liso, sem logos.	20	R\$ 95,00	R\$ 1.900,00
06	Camiseta manga LONGA, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 1 ANO A 6 ANOS	82	R\$ 46,80	R\$ 3.837,60
07	Camiseta manga longa, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 8 ANOS A 10 ANOS	68	R\$ 48,50	R\$ 3.298,00
08	Camiseta manga longa, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO 12 ANOS A 14 ANOS	44	R\$ 51,00	R\$ 2.244,00
09	Camiseta manga longa, cor azul marinho, tecido de poliviscose (65% poliéster35% viscose) G/M ² 160, tecido antipilling, com proteção UV contra os raios solares, tecido leve, gola redonda com ribana, com duas logos pequenas na frente, com estampa em serigrafia. TAMANHO ADULTO	24	R\$ 57,00	R\$ 1.368,00
10	Jaqueta, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento /largura - 3%,	82	R\$ 73,20	R\$ 6.002,40



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

	encolhimento /comprimento - 3%, cor Azul marinho, com bolsos frontais tradicionais, acabamento do punho e da barra com ribana cor azul marinho, gola alta, zíper dente de gato, com brasão do município lado esquerdo e logo da administração lado direito, logos estampadas em serigrafia. TAMANHO 1 A 6 ANOS			
11	Jaqueta, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento /largura - 3%, encolhimento /comprimento - 3%, cor Azul marinho, com bolsos frontais tradicionais, acabamento do punho e da barra com ribana cor azul marinho, gola alta, zíper dente de gato, com brasão do município lado esquerdo e logo da administração lado direito, logos estampadas em serigrafia. TAMANHO 8 A 10 ANOS	68	R\$ 84,30	R\$ 5.732,40
12	Jaqueta, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento /largura - 3%, encolhimento /comprimento - 3%, cor Azul marinho, com bolsos frontais tradicionais, acabamento do punho e da barra com ribana cor azul marinho, gola alta, zíper dente de gato, com brasão do município lado esquerdo e logo da administração lado direito, logos estampadas em serigrafia. TAMANHO 12 A 14 ANOS	44	R\$ 104,30	R\$ 4.589,20
13	Jaqueta, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento /largura - 3%, encolhimento /comprimento - 3%, cor Azul marinho, com bolsos frontais tradicionais, acabamento do punho e da barra com ribana cor azul marinho, gola alta, zíper dente de gato, com brasão do município lado esquerdo e logo da administração lado direito, logos estampadas em serigrafia. TAMANHO ADULTO	24	R\$ 117,00	R\$ 2.808,00
14	Calça, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento/largura - 3%, encolhimento/comprimento -3%, cor Azul marinho, com um viés amarelo canário	46	R\$ 55,00	R\$ 2.530,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

	sobrepostos na lateral, sem punho, com bolsos tradicionais nas laterais e um bolso traseiro, cós de elástico com cordão. Lisa, sem logós. TAMANHO 1 A 6 ANOS			
15	Calça, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento/largura - 3%, encolhimento/comprimento -3%, cor Azul marinho, com um viés amarelo canário sobrepostos na lateral, sem punho, com bolsos tradicionais nas laterais e um bolso traseiro, cós de elástico com cordão. Lisa, sem logós. TAMANHO 8 A 10 ANOS	40	R\$ 67,00	R\$ 2.680,00
16	Calça, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento/largura - 3%, encolhimento/comprimento -3%, cor Azul marinho, com um viés amarelo canário sobrepostos na lateral, sem punho, com bolsos tradicionais nas laterais e um bolso traseiro, cós de elástico com cordão. Lisa, sem logós. TAMANHO 12 A 14 ANOS	25	R\$ 74,00	R\$ 1.850,00
17	Calça, malha colegial (65% poliéster, 35% algodão, 295g/m ²), encolhimento/largura - 3%, encolhimento/comprimento -3%, cor Azul marinho, com um viés amarelo canário sobrepostos na lateral, sem punho, com bolsos tradicionais nas laterais e um bolso traseiro, cós de elástico com cordão. Lisa, sem logós. TAMANHO ADULTO	14	R\$ 80,00	R\$ 1.120,00
18	Legging de suplex, (88% poliamida, 12% elastano, 360g/m ²) cor cinza chumbo, tecido com ótima durabilidade e resistência, com um viés sobrepostos na lateral na cor amarelo canário, com cós alto, lisa, sem logós. TAMANHO 1 A 6 ANOS	46	R\$ 51,00	R\$ 2.346,00
19	Legging de suplex, (88% poliamida, 12% elastano, 360g/m ²) cor cinza chumbo, tecido com ótima durabilidade e resistência, com um viés sobrepostos na lateral na cor amarelo canário, com cós alto, lisa, sem logós. TAMANHO 8 A 10 ANOS	28	R\$ 61,00	R\$ 1.708,00
20	Legging de suplex, (88% poliamida, 12% elastano, 360g/m ²) cor cinza chumbo,	19	R\$ 81,00	R\$ 1.539,00



	tecido com ótica durabilidade e resistência, com um viés sobrepostos na lateral na cor amarelo canário, com cós alto, lisa, sem logós. TAMANHO 12 A 14 ANOS			
21	Legging de suplex, (88% poliamida, 12%elastano, 360g/m ²) cor cinza chumbo, tecido com ótica durabilidade e resistência, com um viés sobrepostos na lateral na cor amarelo canário, com cós alto, lisa, sem logós. TAMANHO ADULTO	10	R\$ 97,00	R\$ 970,00

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

I O pagamento à CONTRATADA será efetuado em moeda nacional, no prazo de até 20 (vinte) dias após a emissão da Nota Fiscal contados a partir da data de apresentação da nota fiscal, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, por intermédio da Tesouraria do Município, através de transferência bancária em conta do CNPJ da empresa com a indicação na nota do número de agência, conta e tipo, ou boleto bancário.

II Havendo incorreção no documento de cobrança ou qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento susado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

III A nota fiscal deverá ser emitida ao Município de Engenho Velho/RS e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato e n.º do Processo e da Dispensa, a fim

IV de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

V Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VI Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

VII A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REACTUAÇÃO OU REAJUSTE:

I Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:



- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
 - d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- II** Adotar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), para fins de reajuste geral de reposição

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- I** Autorizar o fornecimento dos bens;
- II** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados como Gestor e Fiscal do contrato;
- III** Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas pertinentes;
- IV** Efetuar o pagamento devido.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- I** Fornecer os bens, conforme determinado neste instrumento e documentos, expedidos pela CONTRATANTE;
- II** Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes das obrigações trabalhistas, tributárias e outras relativas e incidentes sobre o presente contrato;
- III** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sendo que o não cumprimento das obrigações acima é motivo suficiente para suspensão do pagamento e aplicação de sanções previstas neste contrato; o qual poderá ser rescindido nos termos dos artigos 138 previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
- IV** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V** Ocorrendo à rescisão do contrato, por qualquer motivo, fica o CONTRATANTE desobrigado de qualquer indenização;
- VI** O descumprimento das obrigações assumidas no contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.



VII Para os objetos pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

I Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

- Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato celebrado, até o limite de 30 (trinta) dias;

- O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

III A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).



V Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

VI Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

VII Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

VIII A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

IX Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

I Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

II A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

III As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

IV Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

I - As despesas decorrentes desta contratação estão previstas no orçamento do Município de Engenho Velho/RS, para o exercício de 2025 e no Plano Anual de Contratações, através das seguintes dotações:

0501 12 361 0007 2017 33903023 000000 – 1500



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Constantina/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Engenho Velho/RS, em ----- de -----de 2025.

Paulo André Dal Alba
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

DEC'S INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA
CNPJ 00.123.352/0001-34
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome: